

Dilúvios no Vale do Jequitinhonha nos séculos XX e XXI: chuvas concentradas e inundações no nordeste de Minas Gerais¹

Deluges in the Jequitinhonha Valley, in the 20th and 21th centuries: storms and floods in the northeast of Minas Gerais

Inundaciones en el Valle del Jequitinhonha en los siglos XX y XXI: lluvias concentradas e inundaciones en el nordeste de Minas Gerais

Marcos Lobato Martins – marcos.lobato@ufvjm.edu.br
Prof. Dr. do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais - UFVJM
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0044-8214>

Resumo: Este artigo investiga a ocorrência de chuvas fortes e grandes enchentes na porção mineira da bacia do Jequitinhonha, no período 1919-2013, analisando principalmente os seus efeitos sobre a rede urbana regional, bem como as respostas que os governos deram a tais eventos hidroclimáticos. As fontes utilizadas são notícias da imprensa, relatos de memorialistas e viajantes, discursos de políticos e testemunhos de antigos moradores da região. Indica-se a triste continuidade dos problemas decorrentes de chuvas concentradas e inundações na história regional e discute-se a direção das determinações causais entre eventos meteorológicos e vida social.

Palavras-chave: Inundações, Destruição de cidades, Vale do Jequitinhonha.

Abstract: This paper investigates the occurrence of strong rains and big floods in the upper and middle/lower Jequitinhonha, between 1919 and 2013, analysing its effects over regional urban networks, as well as the responses that governments given to such environmental events. The founts utilized are news of press, memoirialists and voyagers reports, politicians speeches and long-time inhabitant's testimonies. This paper indicates to unhappy continuity of the problems arising from downpours and floods in the regional history and discusses the direction of the causal determinations between weather events and social life.

Key words: Floods, Destruction of cities, Jequitinhonha Valley.

¹ Este trabalho é resultado parcial do projeto de pesquisa “Relações das populações com as águas no Vale do Jequitinhonha (MG): uma perspectiva histórica e ambiental de longa duração”, desenvolvido pelo NESA (Núcleo de Estudos das Sociedades Agrárias), grupo de pesquisa vinculado ao Mestrado em Estudos Rurais da UFVJM, Campus Diamantina.

Resumen: Este artículo investiga la ocurrencia de fuertes lluvias e inundaciones de gran magnitud en la porción minera de la cuenca del Jequitinhonha, en el período 1919-2013, analizando principalmente sus efectos sobre la red urbana regional, así como las respuestas que los gobiernos dieron a tales eventos hidrológicos. Las fuentes utilizadas son informes de prensa, relatos de memorialistas y viajeros, discursos de políticos y testimonios de antiguos residentes de la región. Se destaca la triste continuidad de los problemas derivados de la concentración de lluvias e inundaciones en la historia regional y se analiza la relación causal entre los fenómenos meteorológicos y la vida social.

Palabras clave: Inundaciones, Destrucción de ciudades, Valle del Jequitinhonha.

Recebido em: 26/08/2025
Aceito em: 29/09/2025
Publicado em: 09/11/2025

Introdução

Ambientes urbanos e espaços rurais ribeirinhos, ontem como hoje, são particularmente suscetíveis à influência de chuvas, enchentes e alagamentos. As cidades e o campo podem ter seu funcionamento prejudicado ou mesmo paralisado, parcial ou totalmente, por causa de precipitações intensas, transbordamento de rios ou alagamentos, amargando prejuízos materiais e mesmo perda de vidas. Nas zonas de clima quente e úmido do planeta, frequentemente as tempestades, as enchentes e os alagamentos possuem grande força destrutiva. Embora sejam fatos da natureza, a amplitude e a severidade de seus efeitos estão relacionadas com fatos humanos (econômicos, sociais, culturais e políticos), dependem do modo como as sociedades interagem com seus ambientes, e das técnicas que dispõem para se defenderem de eventos meteorológicos anômalos (Klanovicz, 2013).

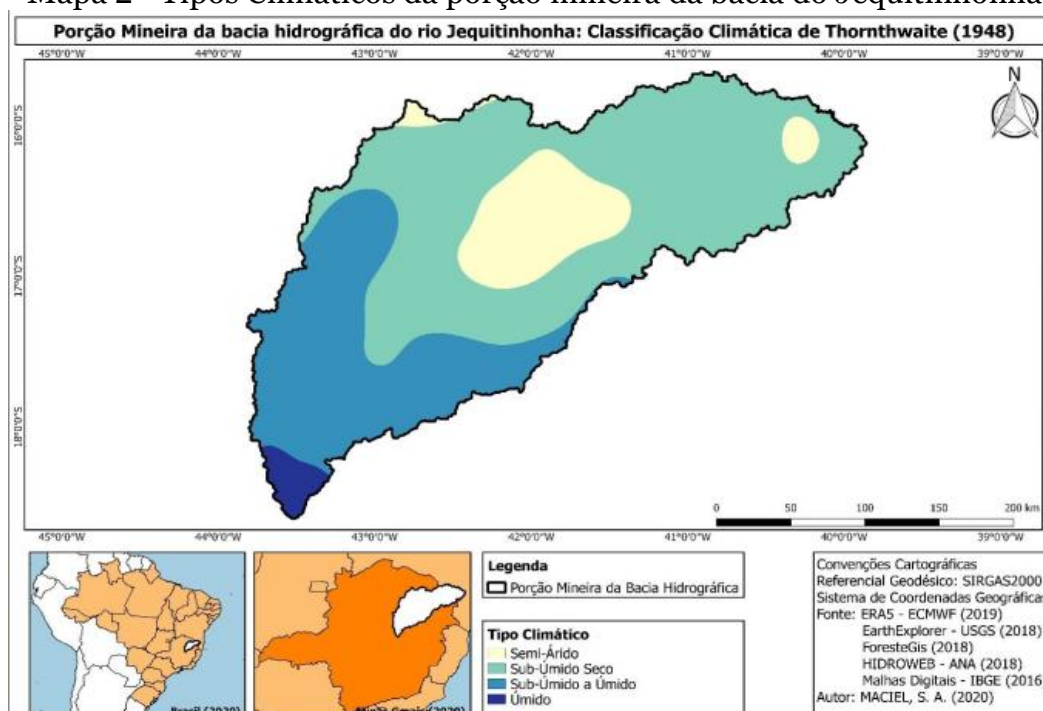
Nesse sentido, os desastres naturais devem ser vistos como ocorrências sociais e físicas ao mesmo tempo (Schenk, 2007), afigurando-se como *loci* ou reflexos de relações e exercícios de poder, tanto em microescalas como em macroescalas. Eles possibilitam retomar a discussão do acontecimento na História, a partir do exame de série, longa duração, caos, continuidade ou ruptura; os desastres ambientais também fazem pensar sobre ideias de certeza, normalidade, vulnerabilidade e risco. Por isso, as chuvas concentradas, as enchentes e os alagamentos, entre outros fenômenos naturais, vêm despertando a atenção da História Ambiental (Lübken e Mauch, 2004; Polidowa, 2007), ainda que, no caso do Brasil, não tanto como as secas intensas ou prolongadas (Nodari e Espíndola, 2013).

Este trabalho investiga o papel que as “águas grandes” – decorrentes de chuvas intensas e de cheias máximas – desempenharam na história da porção mineira da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha (Mapa 1), especialmente no período entre 1919 e 2013. Vale do Jequitinhonha usualmente dividido em Alto Jequitinhonha (a região polarizada por Diamantina), Médio Jequitinhonha (a região de Araçuaí) e Baixo Jequitinhonha (a região polarizada por Almenara). Pretende-se enfatizar as cidades, identificando quais delas e quais grupos sociais foram mais afetados, a tipologia dos danos ocorridos, as formas de resposta empregadas pelo Poder Público e as transformações que esses eventos hidroclimáticos desencadearam nas manchas urbanas que mais sofreram com inundações.

muitas vezes despenca num intervalo de poucos minutos. A chuva já não cai em gotas, mas literalmente em jatos, podendo-se falar, sem hipérbole, em chuva torrencial.

O viajante suíço, que percorreu o Alto Jequitinhonha, indo de Diamantina para Filadélfia (atual Teófilo Otoni, no vale do Mucuri), passando pelas áreas das atuais cidades de Itamarandiba e Capelinha, informou que, nessa viagem, realizada no ano de 1858, com a duração de 117 dias, houvera 111 dias de chuva. Muita chuva, que cai nas nascentes do Jequitinhonha e do seu principal afluente, o rio Araçuaí, as quais ficam em zonas de clima úmido. E outras cabeceiras de afluentes do Jequitinhonha também estão situadas em áreas de pluviosidade mais elevada (com médias de precipitação anual entre 1000 e 1200 mm), como evidencia a simples comparação do Mapa 1 com o Mapa 2, a seguir:

Mapa 2 - Tipos Climáticos da porção mineira da bacia do Jequitinhonha



Fonte: Elaboração: Maciel, S. A. (2020). Retirado de S. A. Maciel (2021, p. 185).

É verdade que há uma porção semiárida situada no centro da bacia, ao redor da foz do Araçuaí no Jequitinhonha, que abrange cidades como Araçuaí, Comercinho, Coronel Murta, Itaobim, Itinga, Medina e Santa Cruz de Salinas. Nela, as chuvas são mais escassas, com média anual entre 600 e 800 mm. Todavia, mesmo nessa porção semiárida, as cheias dos afluentes e subafluentes do Jequitinhonha não são raras, porque as chuvas costumam cair muito concentradas, em poucos dias de dezembro e janeiro (Ferreira, 2007). Dessa forma, as cheias são comuns em toda a bacia, embora cheias máximas mais vultosas praticamente se restrinjam aos rios Jequitinhonha e Araçuaí.

Como em outras partes do Brasil, no Vale do Jequitinhonha a localização das cidades foi determinada principalmente por três variáveis: as possibilidades de comunicação com os mercados externos, a existência de recursos naturais valiosos nas proximidades (minas de metais e pedras preciosas, madeiras de lei, terras férteis) e a concentração de mão de obra, como contingentes indígenas, por

exemplo (Sedrez, 2013, p. 60). Cabe acrescentar a essa lista outro fator locacional importante: a disponibilidade de fontes de água potável.

Cidades como Serro, Diamantina, Minas Novas e Grão Mogol surgiram por causa da mineração de ouro e diamantes. Itamarandiba, Capelinha e Salinas, por sua vez, tiveram suas trajetórias associadas a lavouras de abastecimento e a criação de gado. Araçuaí, Comercinho, Itinga e Salto da Divisa nasceram como nós em rotas de comércio interno, enquanto Jequitinhonha e Almenara derivaram de sedes de guarnições militares (destinadas ao controle dos “botocudos” e do contrabando). A partir do último quartel do século XIX, Pedra Azul cresceu em função da pecuária de corte realizada em pastos de capim colônio (Ribeiro, 1996; Velloso e Matos, 1998).

No Alto Jequitinhonha, onde a topografia é muito movimentada, as fontes e os fios d’água são abundantes nas encostas, os rios correm encaixotados em vales estreitos e profundos, de modo que as povoações se formaram preferencialmente em cotas elevadas de terrenos. No Médio/Baixo Jequitinhonha, as formas de relevo são mais suaves, predominam chapadas acarrascadas e secas (praticamente sem água corrente superficial) e vales mais largos, cortados pelos rios que correm em leitos de pequena declividade. Nessas porções central e oriental da região, os rios constituíram os caminhos da penetração colonial, as fontes de água para os humanos e seus animais de criação, e as suas várzeas forneceram as terras agricultáveis. Logo, nas suas margens concentraram-se as fazendas, as povoações e as cidades, como bem mostram os casos de Berilo, Coronel Murta, Araçuaí, Itaobim, Itinga, Jequitinhonha, Almenara e Jacinto.

Os núcleos urbanos da porção oeste da bacia do Jequitinhonha ficaram naturalmente mais a salvo das grandes cheias.² Nela estão as cabeceiras dos principais cursos d’água da bacia, onde as vazões são menores, já que as áreas de contribuição hídrica são menos extensas. Ao contrário, as porções centro e leste, frequentemente ocupando áreas de vazante, terras baixas e planas alagáveis, com extensas áreas de contribuição hídrica, se tornaram bastante vulneráveis. Sem dúvida, o caso mais emblemático de cidade com alto risco de inundação por causa de sua localização é Araçuaí, como percebeu Nelson de Senna (1913, p. 271-272), referindo às porções do Médio Vale do Jequitinhonha:

Todos esses rios e ribeirões são suscetíveis de enchentes extraordinárias, subindo as águas do Araçuaí a mais de 6 metros do nível do rio em tempos normais, não raro chegando a ponto de inundar as partes mais baixas da cidade [cuja altitude é de 314 m, enquanto a altitude da calha do rio é de 304 m].

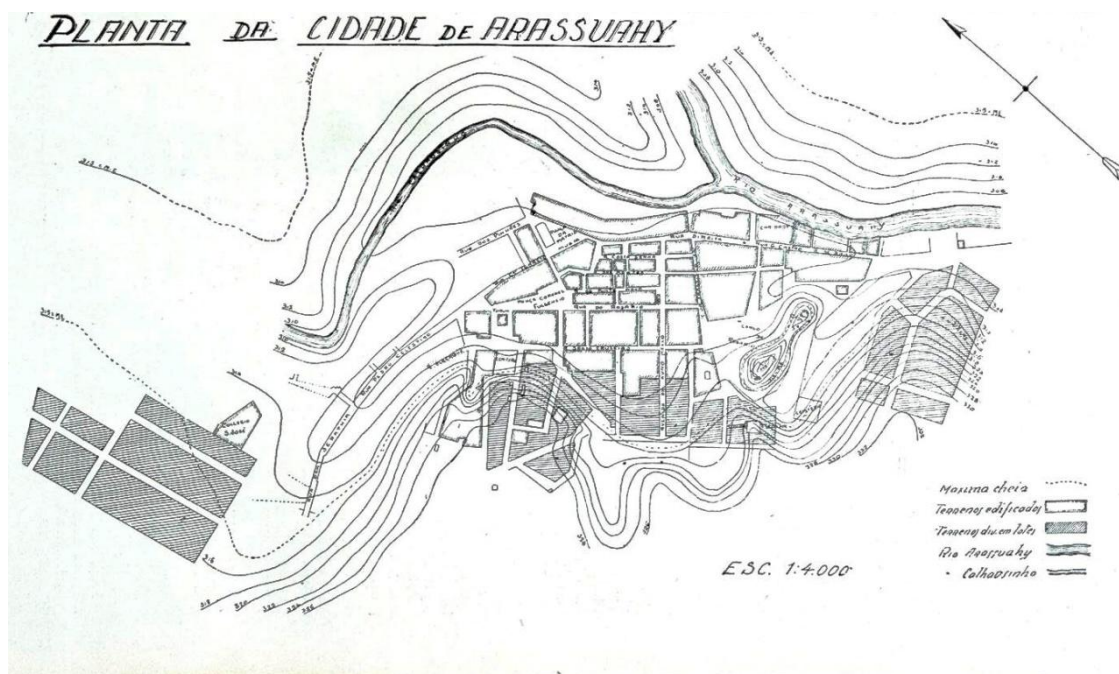
² Notícias de enchentes no Jequitinhonha são antigas. Na resposta da Câmara Municipal de Diamantina à Circular de 9 de novembro de 1854, a respeito das pontes existentes nos Termos e suas condições, lê-se: “Faz ver a mencionada Câmara a necessidade urgente (...) de reconstruir-se a ponte sobre o Jequitinhonha no Arraial do Mendanha, levada pela grande enchente de 1844”. *Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura de 1855 o Presidente da Província Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos*. Ouro Preto: Typographia Bom Senso, 1855, p. 174. O cronista diamantinense João Henrique Costa, na obra *Das Efemérides de Diamantina e seu Município*, publicada no jornal *O Momento*, em 07 de junho de 1923, registrou outro desses eventos: “[No dia 27 de abril de 1858] uma tempestade acompanhada de relâmpagos e trovões, prolongada, causou enormes prejuízos aos plantadores e criadores das margens do Jequitinhonha; a enchente caudalosa saindo fora dos limites naturais, matou 120 bois, 80 porcos e 300 galinhas”.

A mesma certeza teve o engenheiro José Soares de Mattos, em 1928:

[A cidade está situada] na confluência do ribeirão Calhauzinho com o rio Araçuaí, distante 15 km da barra do Araçuaí no Jequitinhonha, em terreno acima 5 metros apenas do nível do rio, numa das poucas áreas de transbordamento do rio, justamente um trecho em que o leito tem declividade insignificante e é guarnecido a montante e a jusante por encostas relativamente altas (*Revista das Estradas de Ferro*, ano IV, n. 73, p. 428).

O diagrama (figura 1) elaborado pelo engenheiro expôs limpidamente essa vulnerabilidade ambiental de Araçuaí, indicando a linha de máxima cheia e, dessa forma, a parte inundável da “cidade velha”:

Figura 1 – Posição da cidade de Araçuaí e dos rios que a banham



Fonte: *Revista das Estradas de Ferro*, ano IV, n. 73, p. 433, 1928.

O quadro 1 abaixo, sem a pretensão de ser exaustivo, traz uma relação de grandes inundações provocadas pelos rios Araçuaí e Jequitinhonha entre meados do século XIX e as duas décadas iniciais do século XXI, indicando uma referência documental para cada episódio listado:

Quadro 1 – Relação de grandes inundações na porção mineira da bacia do Jequitinhonha, 1844-2013

Ano	Localidades mais afetadas	Registro documental
1844	Distrito de Mendanha, Diamantina	Relatório à Assembleia Provincial do presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, 1855
1858	Distritos de Inhaí e Mendanha	<i>O Momento</i> , 07/06/1923
1919	Araçuaí, São Roque, São Miguel, Vigia	<i>O Malho</i> , 18/02/1928

1928	Berilo, Araçuaí, Itinga, Itaobim, São Miguel, Vigia	<i>Revista das Estradas de Ferro</i> , n. 73, 1928
1942	Araçuaí, Itinga, Jequitinhonha, Almenara	
1964	-	Decreto federal n. 53.561, de 18/03/1964
1979	19 municípios	<i>Estado de Minas</i> , 11/02/1979; <i>Geraes</i> , n. 5, 1979
2002	Almenara, Jacinto, Rubim	Discurso de Nilmário Miranda, Câmara dos Deputados, sessão de 20/02/2002
2009	Araçuaí, Berilo	Portal <i>Aconteceu no Vale</i> , 15/12/2013
2013	Araçuaí, Berilo, Chapada do Norte, Almenara	<i>O Globo</i> , 20/12/2013
2017	Almenara, Araçuaí	<i>Estado de Minas</i> , 29/03/2017

Fonte: Elaboração dos autores.

A seguir, passa-se à análise um pouco mais detida das maiores inundações na porção mineira da bacia do Jequitinhonha, atentando particularmente para seus efeitos sobre a cidade de Araçuaí.

As enchentes de 1919, 1928 e 1942

De fato, no decorrer do século passado, Araçuaí sofreu tremendamente por causa das cheias. No ano de 1919, a cidade e seu distrito de São Roque (hoje cidade de Itaobim) foram avassaladas por grande inundação. O auge dessa cheia foi no dia 19 de janeiro. Em Araçuaí, o rio de mesmo nome subiu nove metros acima do seu nível normal, represando o ribeirão Calhauzinho (Relatório do Engenheiro José Soares de Mattos. *Revista das Estradas de Ferro*, ano 1928, n. 73, p. 429, 30 de julho de 1928). As águas se espalharam pela várzea onde o núcleo urbano havia sido instalado, de maneira que praticamente toda a cidade ficou coberta de água até o telhado das habitações. Em São Roque, o Jequitinhonha ameaçou destruir a pequena povoação, causou muitos danos e deixou em determinados pontos a marca da altura atingida pelas águas³.

Esta inundação deu o pontapé inicial para a progressiva expansão da planta urbana de Araçuaí pelas encostas mais elevadas que margeavam as águas. Conforme José Soares de Mattos, “nos anos seguintes, quando o rio começava a crescer, a população retirava seus móveis e mercadorias para os sótãos, para os andares superiores e mesmo para os telhados (...). Quase todas as edificações levantadas depois desta data se fizeram em plano superior ao nível das enchentes máximas [cota de 312 m de altitude]” (Relatório do Engenheiro José Soares de Mattos. *Revista das Estradas de Ferro*, Rio de Janeiro, ano 1928, n. 73, p. 429).⁴

³ Itaobim, histórico. IBGE, v. 4.6.2, 2017. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/historico>. Acesso em 05/07/2021.

⁴ O engenheiro José Soares de Mattos, Inspetor de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, foi designado pelo Presidente Antônio Carlos para elaborar relatório sobre a enchente de 1928 em Araçuaí. Como a E. F. Bahia a Minas teve o tráfego interrompido na ocasião por causa de aterros destruídos pelas águas do rio Gravatá, o engenheiro não pôde usar a rota Rio de Janeiro, Caravelas (BA), Teófilo Otoni, Novo Cruzeiro, obrigando-se a fazer a viagem de trem da capital mineira para Diamantina, e daí para Araçuaí a cavalo, passando por Calabar, Capelinha e Itamarandiba (antiga São João Batista).

Por conseguinte, surgiu a porção alta de Araçuaí, onde se construíram o Palácio do Bispo, o Colégio São José, grupo escolar, cemitério, cadeia e casas de famílias mais abastadas da cidade. A cidade baixa, contendo o centro comercial e as moradias do povo mais simples, continuou lutando contra as enchentes e inundações.

Cerca de dez anos depois, outra inundação excepcional assolou estas duas povoações e a localidade de Berilo. Em janeiro de 1928, o Jequitinhonha arrasou o distrito de São Roque, provocando a mudança do sítio urbano. No histórico da atual Itaobim, conta-se que

(...) os habitantes, fugindo da fúria do grande rio, foram construir suas novas moradias logo acima do Porto do Cieba, nas proximidades das casas construídas pelos irmãos José Fernandes Ribeiro (Juca Fernandes) e Clemente Fernandes Ribeiro, que haviam saído do distrito antes da enchente. Ali naquele local, hoje denominado Praça Max Machado, nascia a nova Itaobim.⁵

Em Berilo, núcleo urbano ribeirinho do Araçuaí, a enchente teve dimensões ainda mais trágicas, embora não se tenha números a respeito de casas danificadas e pessoas desabrigadas. O que se sabe, e está bem guardado na tradição oral local, é que o antigo arraial desapareceu. Apenas o casarão do inconfidente Domingos de Abreu Vieira, tenente-coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar de Minas Novas, e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição (construída em 1729), foram as edificações que resistiram à subida das águas. A povoação foi reconstruída no alto do morro: assim nasceu a atual Berilo (Martins, 2021, p. 65).

Em Araçuaí, que então contava com cerca de 5 mil habitantes na sede urbana, a enchente de 1928 foi prodigiosa, atingindo notoriedade nacional. A respeito, o memorialista José Côrtes Duarte (1976, p. 63) escreveu: “(...) a cidade de Araçuaí quase foi destruída pela enorme alagação daquele ano; todas as fazendas e povoações ribeirinhas deste vale sofreram as consequências daquela calamidade”. O drama começou em 06 de janeiro, sendo descrito pela revista carioca *O Malho*:

A princípio foi a chuva contínua, a invasão progressiva da cidade pelas águas e o esforço da população para salvar-se em canoas. Depois, com o avassalamento de tudo, pela torrente impetuosa, o desabamento das casas, veio a fuga precipitada dos seus habitantes para os morros e a submersão da cidade. Improvisaram-se, então, centenas de tendas, onde homens, mulheres, crianças se abrigavam na maior promiscuidade. Durante os dias 9 e 10 de janeiro, o espetáculo era desolador. A fome, a morte andavam já ali, a rondar as criaturas (*O Malho*, “Ecos da enchente de Arassuahy”, 18/02/1928, p. 23).

O Malho informou que as águas atingiram a altura de 20 metros em alguns pontos e inundaram um quilômetro de terras marginais aos rios Araçuaí e Calhauzinho saídos de seus leitos, começando a baixar somente depois do dia 10 de janeiro. Já o engenheiro José Soares de Mattos afirmou que o nível das águas subira 12 metros além do normal, cobrindo quase todas as casas da cidade baixa

⁵ Ver nota n. 2.

e até mesmo edificações em áreas mais altas, erigidas depois de 1919. A região da Baixada, onde ficava o centro pulsante da cidade, lugar do *footing* e dos bailes nos clubes Iguazu, Calhauzinho e Automóvel Clube, foi tomada por lama e água: o Mercado Municipal (demolido nos anos 1960, na gestão do prefeito João Neiva), o Armazém Tanure, as Farmácias Ary e Progresso e as casas Bazar Doche, Aureira, Mineira, Marcelo e Telles perderam todo estoque de mercadorias.⁶ Apenas o negociante Juca Araújo perdeu 600 contos em mercadorias. Desabaram a Santa Casa de Misericórdia, a Igreja Matriz, o Palácio Episcopal e o Colégio São José, educandário no qual o bispo dom Serafim Gomes Jardim havia investido 300 contos durante a construção (*Gazeta de Araçuaí*, 02/03/2012), além de numerosas casas. *O Malho* estimou em 15 mil contos os prejuízos totais no município.⁷

Heraldo Campos, enviado do periódico carioca *O Jornal*, que chegara a Araçuaí em 13 de janeiro, escreveu matéria datada de 22 de janeiro na qual comparou o caos e a destruição que tomaram conta da cidade à ruína causada pelos terremotos do sul da Itália ou pelas inundações do norte da França:

Toda a cidade, centro dos mais prósperos da região setentrional de Minas, fora destruída pelo transbordamento de dois rios, e dos belos edifícios locais, erguidos pela atividade de uma população progressista, só restavam montões de ruínas, trágicas carcaças de pau e pedra. Os habitantes, bruscamente despojados de seus tetos, erravam, em desfile macabro, por entre os escombros, e a fome, a miséria e a perspectiva da peste apavoravam os temperamentos mais refratários ao desespero.⁸

O auxílio à população flagelada de Araçuaí em 1928 mostrou-se pouco eficaz. A Câmara Municipal da cidade e o bispo prestaram os socorros mais urgentes. Conforme a edição de 02/02/1928 d'*O Jornal*, a partir do dia 09 de janeiro, nos “morros que rodeiam Araçuaí (...) foram armadas, às pressas, pequenas tendas de abrigo” (p. 5). A cidade de Teófilo Otoni pôs seus recursos à disposição da vizinha Araçuaí. O governo mineiro instituiu uma Comissão de Socorro designada pelo presidente Antônio Carlos, bem como uma Comissão de Médicos, e destinou 80 contos de réis em ajuda a Araçuaí. Por meio da Comissão de Socorro, foram distribuídos panos para barracas e realizados o abatimento de rezes e a compra de víveres nas fazendas vizinhas. A Comissão de Médicos, por sua vez, combateu os casos de febre e varíola, contendo eventuais surtos epidêmicos (*O Malho*, 18/02/1928, p. 23; *Revista das Estradas de Ferro*, ano 1928, n. 73, p. 429). A Câmara Municipal de Diamantina aprovou, em meados de

⁶ Segundo José Soares de Motta, não houve mortes “graças à ação heroica de vários canoeiros, como o sr. Antônio Aristides” (*Revista das Estradas de Ferro*, ano 1928, n. 73, p. 429). A respeito dele, *O Jornal*, edição de 02/02/1928, escreveu: “Um que também não deve ser esquecido é Antônio Aristides, humilde figura do povo, capaz, todavia, de atos de intrepidez que confinam com o heroísmo. Na sua canoa, salvou ele muitos anciãos que a voragem atraía”

⁷ Na época da enchente de 1928, o município de Araçuaí era bastante extenso, possuía mais de 85 mil habitantes e um dos melhores comércios do Norte de Minas, depois de Diamantina, Teófilo Otoni e Montes Claros. A arrecadação municipal era de 120 contos por ano, e os ramos econômicos mais importantes eram a exportação de gado para a Bahia e de pedras coradas. A cidade não era bastecida nem de água nem de luz. Cf. “A catástrofe e a reconstrução da cidade de Arassuahy”, relatório do engenheiro José Soares de Mattos, *Revista das Estradas de Ferro*, ano 1928, n. 73, p. 434.

⁸ *O Jornal*, n. 2.813, 02/02/1928, p. 1.

fevereiro de 1928, o envio de ajuda de um conto de réis a Araçuaí (Martins, 2014, p. 250).

O engenheiro José Soares de Motta sentenciou no relatório enviado ao presidente Antônio Carlos que obras de defesa de Araçuaí contra inundações seriam vultosas demais, principalmente levando-se em conta a reduzida dimensão demográfica da cidade. Sugeriu a edificação de uma nova cidade tecnicamente projetada, fora do perigo das cheias, ocupando os planaltos compreendidos entre os rios Araçuaí e Calhauzinho, onde já havia cerca de 100 casas, a igreja do Rosário, grupo escolar, cadeia, cemitério e residências do coronel Olympio Mello, do Dr. Tullo Jayme, da família do senador Nuno Mello e muitas casas de boa construção. No entanto, havia que se negociar com os proprietários desses terrenos apropriados para as novas construções, quase todos pertencentes à família do deputado Manoel Fulgêncio Alves Pereira e do sr. José Tanure, abastado comerciante. E o engenheiro informou que ambos os proprietários lhe deram sinais de que estariam dispostos a negociar com o governo mineiro a venda dos terrenos (*Revista das Estradas de Ferro*, ano 1928, n. 73, p. 431).

O que salta aos olhos a partir das considerações do engenheiro enviado pelo Governo de Minas Gerais, bem como das narrativas da imprensa referentes à catástrofe de Araçuaí é o fato de que a vulnerabilidade a eventos hidrológicos das populações urbanas anda de mãos dadas com as desigualdades que marcam a expansão das cidades. Esta expansão físico-demográfica concentrou pessoas mais pobres em áreas de risco (Sedrez e Maia, 2011). No caso de Araçuaí, depois das enchentes de 1919 e 1928, as alterações na mancha urbana, com a ocupação das encostas e do planalto, guardaram estreita relação com as disputas pelo acesso a terrenos seguros e ao abastecimento de água potável. Dependaram, portanto, do que foi negociado entre uso privado e uso público do sítio urbano, ficando à mercê da privatização da natureza urbanizada (Duarte, 2012). Noutros termos, a Araçuaí desigual e conflituosa colocou determinados grupos sociais mais suscetíveis aos impactos das inundações, enquanto outros se tornaram virtualmente imunes a eles.

Em 1942, nova enchente do rio Araçuaí selou o declínio da Baixada, isto é, da parte mais baixa e antiga da cidade de Araçuaí, enfraquecendo-lhe o comércio e a zona boêmia. A subida das águas atingiu em cheio o ponto de encontro da “juventude dourada” (Praça do Coreto e bar Espigão, frequentado por clientes distintos) e os locais onde comerciantes fizeram fortunas (*Gazeta de Araçuaí*, 02/03/2012). Conforme esse periódico, “as ruas Grão Mogol, Salinas e Costa Sena, com seus becos e travessas, abrigavam a zona boêmia, e eram inundadas quase todos os anos pelas cheias do Araçuaí e Calhauzinho, o que desvalorizou a área” definitivamente. Os comerciantes trataram de se mudar para partes mais altas, como lembrou Juca Paulino, proprietário da Casa Pereira: “Fomos os últimos a sair”. Mesmo a lendária Maria Cheirosa, que por décadas ponteara o meretrício à frente do Bar Para Todos, deixou a Baixada.⁹

Combinadas, as enchentes e inundações de 1919, 1928 e 1942 produziram contínuo processo de “dualização urbana” em Araçuaí, porque a cidade se dividiu claramente em duas zonas, uma velha e outra nova, uma pobre e decadente e outra mais abastada e reformada, uma estigmatizada e outra valorizada, uma

⁹ Para mais detalhes sobre o abandono de grande parte da Baixada e os problemas que dominaram esta porção de Araçuaí nas últimas décadas, ver a matéria “Vida e morte de uma praça”, publicada na *Gazeta de Araçuaí* em novembro de 1997.

quase sem equipamentos urbanos e outra relativamente bem-dotada de comodidades e concentradora do comércio. Reordenação urbana feita sob o impulso dos negócios privados, pois nem a prefeitura nem o governo estadual desenvolveram respostas estruturais aos riscos ambientais na antiga Barra do Calhau.¹⁰

Deve-se assinalar que, embora com menor dramaticidade do que em Araçuaí, as enchentes e inundações de 1919, 1928 e 1942 afetaram também as sedes de Almenara e Jequitinhonha. No caso da última, as duas ruas iniciais – a “rua de baixo”, hoje chamada Alferes Julião Fernandes, em homenagem ao fundador da cidade, e a “rua de cima”, atual rua Elza Mourão – praticamente sumiam anualmente devido às inundações (*Diário do Jequi*, 19/05/2014). Após as cheias, a população reconstruía as casas. Por essa razão, a cidade de Jequitinhonha terminou por se expandir com igrejas, praças e casarões construídos nas encostas dos morros, acompanhando o contorno do rio Jequitinhonha e do córrego São Miguel.

1964 foi outro ano no qual as cheias em Minas Gerais causaram transtornos significativos em diversos municípios. Tanto que o presidente da República, João Goulart, por meio do decreto n. 53.561, de 18 de fevereiro, instituiu a Comissão Executiva de Auxílio às Vítimas das Enchentes no Estado de Minas Gerais para enfrentar as proporções de calamidade pública das inundações que assolaram os Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Francisco e Rio Doce. Esta comissão tinha a finalidade de coordenar os auxílios às populações vitimadas e a assistência às regiões atingidas pelas enchentes, bem como possuía de poderes de aprovar e modificar o Plano de Aplicações das verbas ou créditos destinados pelo Governo Federal às áreas flageladas.¹¹

A calamidade de 1979

O ano de 1979 é tido como o “ano terrível” das inundações no Vale do Jequitinhonha. O prenúncio da calamidade se pôde notar ainda em dezembro de 1978, na cidade de Medina. O córrego São Pedro, afluente do Jequitinhonha, transbordou, deixando mais de 500 pessoas desabrigadas, a maioria crianças. Os atingidos foram abrigados pela prefeitura improvisadamente em casas da paróquia, no clube da cidade e num grupo escolar, enquanto o governo mineiro autorizou a compra de alimentos (arroz, feijão, macarrão, açúcar e leite em pó) na antiga Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos), até o total de Cr\$ 40.602,00. O jornal *Geraes* noticiou essa inundação:

No decorrer da terceira semana de dezembro, fortes chuvas desabaram sobre a cidade de Medina (...). Nos bairros Várzea Grande e Beira Rio (este à margem do córrego São Pedro), a água atingiu mais de meio metro de altura, atingindo as pequenas casas de adobe, sem alicerce e com cobertura de sapé. A água derrubou cerca de 100 casas, carregando pertences dos moradores, a ampla maioria trabalhadores braçais (*Geraes*, ano I, n. 5, p. 3, janeiro/fevereiro 1979).

¹⁰ Conforme a tradição, Araçuaí teria surgido do porto Barra do Calhau, fundado por volta de 1830 pela fazendeira Luciana Teixeira e prostitutas expulsas pelo padre Carlos Pereira Freire de Moura da Barra do Pontal (atual Itira). O novo porto prosperou como empório comercial (SOUZA, 2012).

¹¹ Decreto n. 53.561, de 18/02/1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53561-18-fevereiro-1964-393812-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 12/07/2021.

Entre 30 de janeiro e 07 de fevereiro, as águas na bacia subiram assustadoramente, em decorrência de elevadíssimas precipitações. Dezenas de cidades foram afetadas, destruídas parcialmente, especialmente as suas partes ribeirinhas, tanto no rio Araçuaí como no rio Jequitinhonha, e as estradas regionais tornaram-se intransitáveis. O saldo de desabrigados alcançou a cifra de mais ou menos 30 mil pessoas (*Estado de Minas*, 11/02/1979).

Gilson Hermano e Iano Tomaz Maioline fizeram uma descrição dos eventos iniciais da inundação na cidade de Araçuaí. Diz o relato:

O alarma foi dado, o rio [Araçuaí] subia imponente e majestoso, das cabeceiras só notícias catastróficas. Cai a ponte de Berilo. A água invade a Praça da Poesia (dos Inconfidentes), chegam notícias que o rio penetrou através dos esgotos na Praça da Cadeia e entra pela parte mais baixa do Calhauzinho, invadindo o bairro Olaria (Toca da Onça). 31 de janeiro de 1979. Nova e pior dose se repetirá aos 4 de fevereiro. Cai a primeira casa. Gritos de desespero. Uma mulher procura por seu filho. O povo alarmado por tão violenta enchente não tinha tempo de retirar seus minguados pertences. (...) O pessoal começa a evadir para lugares mais altos (igreja do Rosário, Matriz, Grupos Escolares, Campus, Colégios, DER e casas de parentes e amigos). No dia seguinte, o pessoal que já não tinha com o que se alimentar, solicitava pratos-feitos nas cozinhas coletivas, denunciando assim a mais cruel das misérias. Mais de 6 mil pessoas foram obrigadas a deixar suas residências, muitas das quais, alojadas em barracas, até quando não se sabe (*Geraes*, ano II, n. 6, p. 4, abril 1979).

Outro relato significativo dessa inundação foi elaborado pela religiosa Irmã Valéria Botelho (2007, p. 15), que escreveu:

Em 03 de fevereiro, (...) um rádio de Berilo informou que chegaria nova quantidade de água, um metro e meio a mais do que a anterior. Novo pânico, nova corrida. É nosso dever ressaltar que nossa comunidade religiosa e mais algumas pessoas da comunidade local, e alguns dos 750 desabrigados, que se achavam no Colégio [São José], participaram de uma Vigília de orações, pedindo a Deus misericórdia. As águas foram subindo, subindo. Às duas horas da madrugada saímos para constatar aquela dura realidade. As águas subiram 11 metros acima do nível (...). As embarcações navegavam pelo centro da cidade. Aquilo parecia um sonho. O povo passivamente assistia aos desmoronamentos de casas, talvez a sua única riqueza!

Os repórteres George Abner e Lodônio Figueiredo publicaram no *Estado de Minas*, edição de 11/02/1979, o que viram e ouviram nas cidades de Itaobim, Itinga e Almenara. Sobre Itaobim, escreveram: “Na madrugada do dia 02/02/1979, numa quinta-feira, os moradores da cidade de Itaobim são acordados pelo serviço de alto-falante da igreja, onde o padre fazia um alerta à população, avisando que as casas estavam sendo invadidas pelas águas”. O acesso para Araçuaí e Jequitinhonha foi interrompido; os desabrigados levados em sua maioria para o Mercado Municipal e, pela manhã, muitos moradores se concentraram na beira do rio Jequitinhonha a verem “as águas subindo, e a

correnteza arrastando troncos, colchões, móveis etc. vindos das primeiras cidades atingidas, como Coronel Murta, Araçuaí e Itinga”. Em Itinga, os repórteres chegaram no domingo, dia 05/02/1979, encontrando cenário catastrófico. Cortada pelo rio Jequitinhonha, a cidade estava destruída em um lado, contíguo à estrada que a liga a Araçuaí. Um quinto da cidade virara ruína e os desabrigados alcançaram 1.500 pessoas, amontoadas no grupo escolar, na igreja e em barracas de lona fornecidas pela Polícia Militar. Conforme George Abner, “de todos os lugares por onde havíamos passado, ali o desespero era maior”. Faltavam luz e água potável. A comida e o combustível se esgotavam e o Posto de Saúde, sem médico, estava debaixo d’água.

A situação em Jacinto, ainda conforme o relato de Abner e Figueiredo, beirava ao colapso no dia 07/02/1979, como demonstrava o apelo dramático do vice-prefeito daquela cidade que chegara às mãos do pároco de Almenara:

Não há possibilidade nenhuma de tráfego para Almenara, nem para Salto da Divisa, o portador explicará o roteiro usado para sair de Jacinto. As águas do Jequitinhonha, represadas, invadiram parte da baixada da cidade, inclusive a igreja. Estamos ilhados e desabrigados, tanto a população da parte central da cidade, como a população ribeirinha. Existem possibilidades iminentes de falta de gêneros alimentícios e a ponte que dá acesso ao ginásio não dá passagem, além de o aeroporto estar submerso. Existe possibilidade de bloqueio total da cidade, pois a água está invadindo a única entrada que foi usada pelo portador. A cidade está sem médico e farmacêutico.

Segundo a Defesa Civil do Governo de Minas Gerais, as cidades mais afetadas por esta enchente foram Almenara, Araçuaí, Capelinha, Coronel Murta, Itamarandiba, Itaobim, Itinga, Jacinto, Jequitinhonha, Novo Cruzeiro, Salinas e Virgem da Lapa.¹² Quedas de pontes sobre o rio Araçuaí isolaram Berilo, Chapada do Norte, Francisco Badaró e Turmalina.

A ajuda governamental, claramente insuficiente, foi distribuída por critérios políticos e subordinada à intermediação de deputados federais majoritários na região, principalmente Maurício Campos e Sylo Costa (ambos da ARENA). Cidade como Itinga, talvez a mais pobre do Vale naquela época e duramente afetada pela inundação, recebeu apenas 500 mil cruzeiros. Cidades maiores e mais ricas, e proporcionalmente menos afetadas, como Almenara, Araçuaí e Jequitinhonha, receberam quatro vezes mais verbas emergenciais. A disparidade na distribuição do socorro governamental também se notou na distribuição de alimentos: Araçuaí recebeu 40 toneladas, enquanto 20 toneladas foram divididas por Coronel Murta, Itaobim, Itinga, Jenipapo de Minas, Medina, Padre Paraíso e Virgem da Lapa. Em Almenara, o governo estadual estocara, em

¹² Conforme o jornal *Geraes* (ano II, n. 6, p.5, abril 1979), as cidades de Capelinha, Coronel Murta, Itamarandiba, Itinga, Jacinto, Novo Cruzeiro, Salinas e Virgem da Lapa receberam, cada uma, Cr\$ 500 mil de ajuda governamental. Itaobim recebeu Cr\$ 2 milhões. Almenara, Araçuaí e Jequitinhonha receberam Cr\$ 5 milhões cada uma. Estes recursos foram liberados pelo decreto n. 19.830, depois de passados alguns meses, conforme notícia do *Geraes* (ano II, n. 9, maio 1980). Estas verbas só podiam ser gastas na construção/reconstrução de casas e, para recebê-las, os municípios foram obrigados a montar comissão composta pelo Prefeito, Presidente da Câmara, Promotor Público e Juiz de Direito, para deliberar sobre a aplicação dos recursos. O jornal denunciou que, em maio de 1980, muita gente continuava morando em barracas de lona e choupanas.

março, alimentos bastantes para 40 dias; Joáima e Felisburgo, no entanto, nenhuma ajuda receberam. Em Itaobim, o prefeito José Mário Rêgo (MDB) denunciou que pedira ajuda para os dois mil desabrigados, mas não recebera quase nada (*Geraes*, ano II, n. 6, p. 4-5, abril 1979).¹³

Como é de praxe em momentos deste tipo, altas autoridades de Minas Gerais sobrevoaram a região. O vice-governador Ozanam Coelho esteve em Araçuaí, Jequitinhonha e Almenara. Em Jequitinhonha, ouviu do prefeito Antônio Pereira que a enchente deixara cerca de 2 mil desabrigados e destruíra mais de 300 casas. Parte dos desabrigados foi alojada em grupos escolares e no ginásio, outra parte em 100 barracas cedidas pela Defesa Civil estadual. O prefeito mostrou-lhe “uma rua que tinha desaparecido do mapa, a Rua de Baixo”, e, no momento em que o vice-governador percorria outra área afetada, “caiu uma casa que respingou até água e lama nele, e ele chorou aqui” (*Geraes*, ano II, n. 6, p. 5, abril 1979).

A Diocese de Araçuaí compilou dados de desabrigados e casas destruídas, além de estimar perdas agrícolas em municípios afetados, reunidos nas tabelas 1 e 2 seguintes:

Tabela 1 – Casas destruídas e pessoas desabrigadas, 1979

Cidades atingidas	N. casas destruídas	N. pessoas desabrigadas
Araçuaí	1.050	3.450
Itaobim	546	2.678
Jequitinhonha	457	2.285
Almenara	320	1.897
Itinga	165	1.350
Coronel Murta	150	900
Virgem da Lapa	60	490
Medina	45	225
Jenipapo de Minas	27	135
Jacinto	26	120
Itaipé (vale do Mucuri)	25	115
Padre Paraíso	15	75

Fonte: *Geraes*, ano II, n. 6, p. 6, abril 1979.

Tabela 2 – Estimativas de perda agrícola nos municípios afetados, por produto, ano 1979

Lavoura	Perda (%)
Feijão	50
Milho	50
Tomate	40
Laranja	50
Banana	50
Cana de açúcar	55

Fonte: *Geraes*, ano II, n. 6, p. 6, abril 1979. Os municípios considerados foram: Araçuaí, Coronel Murta, Francisco Badaró e Virgem da Lapa.

¹³ Conforme o prefeito de Itaobim, no auge da inundação os desabrigados no município alcançaram 4,2 mil pessoas. Passado o pior, em abril de 1979, ainda havia 1,3 mil desabrigados e 800 pessoas mantidas pela Prefeitura com água, alimentos e lenha (*Geraes*, ano II, n. 6, p. 5, abril 1979).

Vale assinalar que, em nenhuma cidade atingida pelas inundações de 1979, as prefeituras criaram comitês de crise com participação das sociedades civis locais. O prefeito de Araçuaí, João Neiva, promoveu a dissolução de uma comissão de representantes da cidade, inclusive a Igreja Católica, que fora criada para conversar com o governador Francelino Pereira. Para João Neiva, isto era bobagem porque Araçuaí tinha o deputado Maurício Campos, majoritário no município, que tomaria todas as providências. Nas palavras do prefeito, “nós temos aqui o Dr. Maurício Campos, (...) ele tem que trabalhar para nossa cidade e vai trabalhar. Por isso eu acho que não há a mínima necessidade da união dos municípios (...). Acredito que são os políticos que mais têm condições de resolver, de buscar soluções para o Vale” (*Gerais*, ano II, n. 6, p. 4, abril 1979).

As prefeituras foram apanhadas pelas inundações absolutamente despreparadas, embora a história regional registrasse eventos similares no passado, em 1919, 1928, 1942 e 1964. Elas se limitaram a retirar as famílias dos locais atingidos, improvisar abrigos em mercados e escolas, montar barracamentos temporários e distribuir alimentos e remédios recebidos do Governo Estadual. Além, é claro, de enviar ao Palácio da Liberdade súplicas inócuas por dinheiro para reconstrução de casas, ruas, estradas e pontes.

A aviltante indignidade dos acampamentos que receberam os flagelados ficou estampada na matéria de Marly Silva, publicada em setembro de 1981, referente a enchente que a cidade de Medina sofreu em março daquele ano, e que destruiu 80 casas e desabrigou 49 famílias:

Durante 13 dias, [os desabrigados] permaneceram em escolas, recebendo alimentação e roupas, “para não criar espírito de revolta”; após este tempo, 35 famílias ocuparam barracas do exército na Av. Belo Horizonte (rua da Corrida) com uma média de 6 pessoas por barraca (existem famílias até com 10 pessoas). Estas barracas só cabem uma cama de casal e alguns utensílios, têm espaço extremamente reduzido. Existe barraca com pai, mãe e 3 filhos todos dormindo em uma cama de casal. Foram construídos 5 banheiros com vasos enterrados, paredes e pisos de madeira. São úmidos e para uso das trinta e cinco famílias. Construíram vários fogões a lenha e existe uma caixa d’água para uso de toda população das barracas. Esta caixa se encontra próxima a uma valeta onde escorre esgoto e existem porcos junto a ela e as barracas. Estas esquentam muito no calor e durante o frio as pessoas não conseguem dormir. (...) As famílias já se impacientam com a situação e voltam às margens do rio (5 já saíram) e começam a construir casas de enchimento, sendo este um trabalho das mulheres e crianças (*Geraes*, ano IV, n. 14, p. 2, setembro 1981).

O prefeito de Jequitinhonha, Antônio Silvério Pereira, reconheceu que simplesmente doar terrenos longe do rio aos desabrigados não resolveria o problema, porque, depois de algum tempo, eles voltariam para a beira do Jequitinhonha, por causa da água, uma vez que “nos lotes que podemos dar têm dificuldade de água, que eu já tive a promessa de receber, mas não será num prazo curto. Então, como eu vou colocá-los lá, sem água, sem luz, sem fossa por que aqui nós não temos esgoto?” (*Geraes*, ano II, n. 6, p. 5, abril 1979).¹⁴

¹⁴ Mais de ano após a enchente, os moradores do distrito de São Pedro do Jequitinhonha enviaram abaixo-assinado para a Central de Jornalismo da Rádio Guarani apelando ao governador

O prefeito de Medina, Flávio Azevedo, pronunciou-se ainda mais enfaticamente:

Para quem está de fora, fazer planos é muito bonito, o difícil é a parte financeira e a prefeitura não tem condições, é uma prefeitura pobre. A verba da prefeitura vem unicamente do Fundo de Participação. (...) todo o funcionalismo, farmácia, vereadores, bolsas de estudo e professores acabam com a verba da prefeitura, que é muito pequena. (...) A gente não tem condições de resolver os problemas dos pobres (*Geraes*, ano I, n. 5, p. 3, janeiro/fevereiro 1979).

Na mesma toada argumentou o prefeito de Itaobim, José Mário Rêgo:

Com relação aos terrenos inundados, eu já proibi que o pessoal voltasse a construir neles. Então, nós pensamos, é ideia ainda, de dividir isso em glebas, deixar que o pessoal aproveite para lavoura onde for possível. As medidas que a prefeitura está tomando por conta própria são no sentido de desapropriar algumas áreas para dar a esse pessoal um terreno onde ele possa construir sua casa. (...) É claro, o ideal é que o estado nos ajude, pois a prefeitura é pobre e não dispõe de muitos terrenos (*Geraes*, ano II, n. 6, p. 5, abril 1979).

Na periferia desta cidade, por sinal, surgiu ainda no ano de 1979 um bairro novo, chamado apropriadamente de Boa Esperança, abrigando as vítimas e pessoas que chegaram por causa do êxodo rural. “Na emergência das enchentes, a Igreja, na pessoa de padre Enzo, muito colaborou para abrigar os flagelados, construindo casinhas e encarando o trabalho de mutirão junto com o povo desabrigado” (*Geraes*, ano VI, n. 19, p. 2, maio 1984). A atuação da Igreja também foi significativa na cidade de Araçuaí, sede de diocese considerada progressista. O bispo, dom Silvestre Luís Scandián informou:

Estamos tomando as primeiras providências. Nas cidades onde a Igreja possui terras, nós iremos doar alguns lotes, e naquelas onde não possuímos, iremos financiar parte das casas destruídas. Em Araçuaí, já doamos 100 lotes aos desabrigados, não incluindo entre estas famílias as prostitutas. E a diocese lançou também a campanha “Adote um desabrigado” (*Geraes*, ano II, n. 6, p. 4, abril 1979).¹⁵

Somente dez anos depois, com a Lei Municipal n. 018/89, de 25 de julho de 1989, o município de Araçuaí “estabeleceu diretrizes de ação em caso de fatos adversos”, criando sua Defesa Civil. Na justificativa da proposta, o Executivo lembrou “que existe uma natural tendência das coletividades para o rápido esquecimento da dor e do sofrimento, sendo dever, porém, do Poder Público, não olvidar a experiência vivida e adotar com antecipação as medidas preventivas

Francelino Pereira para que construísse “as casas dos desabrigados (...) porque nenhuma providência foi tomada por parte do sr. Antônio Silvério Pereira, prefeito deste município” (*Geraes*, ano II, n. 10, p. 6, julho 1980).

¹⁵ Em Araçuaí, a zona de meretrício situava-se no centro da cidade, fato que causava descontentamento nas elites locais. A inundação de 1979 atingiu-a em cheio, facilitando a expulsão da maioria das prostitutas dessa área.

necessárias”.¹⁶ Foi criada a Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC), subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito, com representantes dos órgãos da administração direta e indireta do município, de órgãos civis e militares das esferas federal e estadual e de entidades privadas existentes na área, contando com pessoal deslocado da Prefeitura. O COMDEC de Araçuaí deveria atuar articuladamente com a Coordenadoria Regional de Defesa Civil (REDEC) e a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC).

O flagelo das inundações permanece

As inundações de áreas urbanas causadas pelas cheias de rios continuam como problema não inteiramente resolvido na bacia do Jequitinhonha. O rio Araçuaí permanece assustando moradores dos municípios de Araçuaí e Berilo. No ano de 2009, esse rio teve uma de suas maiores enchentes, comparada apenas à grande enchente de 1979. No ano de 2013, a Prefeitura de Araçuaí decretou situação de emergência ante a inundação dos dias 18 e 19 de dezembro, que deixou 315 famílias desalojadas. Conforme o Portal G1,

A Unidade Básica de Saúde do bairro Arraial, o pátio do Setor de Transportes [da Prefeitura] e onze estabelecimentos comerciais foram atingidos pelas cheias do rio Araçuaí e córrego Calhauzinho. A inundação atingiu o centro histórico da cidade e os bairros Esplanada, Corredor, Arraial e a parte baixa do São Jorge. As comunidades ribeirinhas dos córregos Gravatá e Setúbal, que ficam na zona rural da cidade, também foram atingidas.¹⁷

Em 15 de dezembro de 2013, novamente entraram em alerta os povoados de Santa Rita, Cachoeira e Boa Vista (em Chapada do Norte) e os povoados de Beira-Rio, Baú e Roça Grande e a cidade de Berilo.¹⁸ Em 2017, a cidade de Araçuaí teve ruas alagadas e moradores atemorizados com a subida das águas, fato noticiado pelo jornal *Estado de Minas* (29/03/2017).

Almenara, Jacinto e Rubim foram flageladas por inundações no ano de 2002, em razão de intensas chuvas caídas no fim do mês de janeiro. O portal da organização “Médicos Sem Fronteiras” noticiou, no dia 07/02/2002, o evento:

Jacinto teve sua área urbana e parte da área rural atingidas. Cinco pessoas morreram e cinquenta famílias ficaram desabrigadas. As principais vias de acesso à cidade foram destruídas pelas chuvas e o município só tem acesso por barco. O isolamento é ainda mais grave na área rural. Em Rubim, pelo menos cem pessoas ficaram feridas e outras vinte foram parcialmente soterradas. Oitenta e cinco casas foram perdidas e aproximadamente seiscentas pessoas foram atingidas pela destruição de um bairro inteiro. Duas pontes caíram por causa das chuvas, prejudicando o acesso à cidade. Já o município de Almenara, o maior da região, com trinta e seis mil habitantes, não

¹⁶ Livro de Leis Municipais, 1989, p. 106v. Arquivo da Câmara Municipal de Araçuaí.

¹⁷ Ver notícia de 20/12/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2013/12/prefeitura-de-aracuai-decreta-situacao-de-emergencia-apos-fortes-chuvas.html>. Acesso em 12/07/2021.

¹⁸ Ver a notícia divulgada no Portal Aconteceu no Vale, em 15/12/2013. Disponível em: <https://aconteceunovale.com.br/portal/?p=15484>. Acesso em 12/07/2021.

registrou um número significativo de feridos, embora mais de seiscentas pessoas tenham perdido suas casas.¹⁹

Exatamente como no passado, o socorro governamental aos três municípios foi parco e meramente paliativo: distribuição de 200 cobertores, colchonetes e cestas básicas, acompanhada por promessas de remessa de medicamentos, rápida reconstrução de pontes e rodovias e um programa de reedificação de casas. A propósito, o deputado federal Nilmário Miranda (PT-MG) queixou-se da negligência do Governo Federal em discurso na tribuna da Câmara Federal, no dia 20/02/2002:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as fortes chuvas que atingiram cerca de cem cidades mineiras nos meses de janeiro e fevereiro, proporcionando prejuízo orçado em 300 milhões de reais, e a irreparável perda de 52 vidas humanas não foram suficientes para sensibilizar as autoridades públicas federais para a gravidade do problema no Estado. (...) A situação é especialmente grave nas cidades de Teófilo Otoni, Rubim, Santa Cruz do Escalvado, Jacinto e Jampruca. (...) A situação exige medidas imediatas! No Município de Almenara, várias localidades, como São José do Prata, Lavrinha e Córrego do Morcego, encontram-se praticamente isoladas, pela impossibilidade de tráfego nas vias que lhes dão acesso. Acontece que, para Minas Gerais, o precedente em relação ao comprometimento do Governo Federal em questões afetas aos estragos proporcionados pelas chuvas é de lastimável negligência.²⁰

Pouco mais de dez anos depois, Almenara novamente se viu às voltas com inundações, desta vez entrando em jogo a variável UHE Irapé:

Mais de 15 famílias foram retiradas das margens e ilhas do rio Jequitinhonha, em Almenara/MG, nesta sexta-feira (20/12/2013). Todos estão sendo encaminhados para escolas. O rio já invadiu ruas da orla e começa a chegar às portas das casas (...). A previsão é que o nível do rio continue aumentando, pois a chuva continua caindo e segundo informações parte das comportas de Irapé foi aberta ao meio-dia de hoje.²¹

Permanências tenebrosas, continuidades perversas, muito mais decorrentes de problemas sociopolíticos do que da falta de meios técnicos ou da inclemência de fenômenos/condições naturais.

Os transtornos das “aguadas” nos espaços rurais

¹⁹ Ver “Equipes de MSF assistem desabrigados pelas chuvas no Vale do Jequitinhonha”. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/equipe-de-msf-assiste-desabrigados-pelas-chuvas-no-vale-do-jequitinhonha>. Acesso em 20/06/2021.

²⁰ Discurso do deputado Nilmário Miranda (PT-MG), Câmara dos Deputados, Sessão 006.4.51.O, 20/02/2002.

²¹ Notícia de 20/12/2013. Disponível em: <https://aconteceunovale.com.br/portal/?p=16328>. Acesso em 20/06/2021.

As áreas rurais lindeiras aos leitos dos rios não ficam a salvo de inundações, mas, em razão da densidade, costumam não despertar tanta atenção quanto os espaços urbanos durante os episódios de transbordamento. Há nelas bem menos gente, população em geral dispersa, número relativamente baixo de construções e meios de observação e comunicação menos presentes, especialmente no passado mais distante.

Cumprе assinalar que, secularmente, os camponeses da porção mineira da bacia do Jequitinhonha ocuparam as margens dos cursos d'água e alcançaram certa acomodação com as enchentes e inundações. No início do século XX, o Frei Tetteroo (1919) assinalou a presença de numerosos pequenos lavradores, tanto sitiantes como posseiros, nas beiras de córregos no Médio Jequitinhonha. Seu modo de vida e seus saberes organizaram-se a partir do que se pode compartilhar com a natureza, ajustando-se aos ciclos naturais (Ribeiro e Galizoni, 2000). Durante os séculos XVIII, XIX e boa parte do século XX, os camponeses tiveram acesso, ainda que a título precário, a terras disponíveis em extensão suficiente para viabilizar sua reprodução social. Eles puderam constituir unidades rurais com produção diversificada, bastante autárquicas e, conseqüentemente, pouco dependentes dos núcleos urbanos. Das cidades, os camponeses da região traziam tão somente sal, querosene e objetos de metal (Graziano, 1986).

Numerosos sítios camponeses e fazendas instalaram-se nas áreas ribeirinhas, notadamente nas várzeas do Jequitinhonha e do Araçuaí. Aproveitaram tanto a fertilidade dessas terras como a facilidade de abastecimento de água. Algo que apontou enfaticamente o *Anuario de Minas Geraes de 1918*, ao fornecer informações sobre o distrito de Itinga, pertencente ao município de Araçuaí:

Nas margens do caudaloso rio [Jequitinhonha], plantam os moradores as suas hortas, que ali prosperam extraordinariamente, pois se nos chapadões ressequidos os córregos secos não dão seiva bastante às plantações, as vazantes do grande rio possuem a fertilidade das do Nilo, cujas enchentes levam a alegria e o conforto a milhares de pessoas.²²

É claro que esses criadores e lavradores ribeirinhos tiveram experiência direta das grandes variações dos rios regionais. As cheias e as inundações têm lugar na memória de fazendeiros, vaqueiros e camponeses como eventos marcantes do “tempo das águas”. Talvez lugar menos destacado do que o ocupado pelas estiagens prolongadas. Afinal, as “aguadas” fazem parte do “tempo da fartura”, época do ano na qual o viço da natureza regional é maior, a terra fica mais fértil e as águas para consumo de humanos e animais de criação mais abundantes. Por conseguinte, a vida do povo da “roça” era menos onerosa, menos “sofrida” nos tempos das águas, pois aumentava a “recursagem” à sua disposição.

As lembranças de antigos camponeses realçam o fato de que, antes, o tempo das chuvas era mais bem definido, de maneira que se sabia com mais certeza quando chegariam as “aguadas” e quando elas iriam embora. O calendário das chuvas exibia com clareza os “meses das águas”: de outubro até dezembro, as precipitações caíam intensas; em janeiro e fevereiro, havia um intervalo bem mais seco, no qual caíam apenas algumas chuvas curtas e fracas; em março – o mês das enchentes – e em parte de abril, voltavam as chuvas fortes.

²² *Anuario de Minas Geraes de 1918*. Vol. 6. Tomo I. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918, p. 451.

O lavrador ajustava seus trabalhos de preparação do solo e de plantio a esse calendário, conforme o depoimento de Juarez Ferreira do Nascimento:

preparava e plantava a roça no pó e sabia que a chuva vinha. O povo plantava no dia de São José [19 de março] para colher no dia de São João e fazer uma festa farturosa. E preparava de novo a terra depois, para plantar ao redor do dia de São Miguel [29 de setembro]. Se tinha a crença de que, nessas duas datas sempre tinha chuva. Hoje, os tempos das águas já não são tão definidos. Quem não tem irrigação, passa aperto.²³

Também se preparava para o período das enchentes: as roças eram feitas em faixas de terra fora da linha das cheias, os animais eram recuados para lugares seguros, onde as águas não poderiam apanhá-los. Quando sobrevinha cheia extraordinária, que atingia a casa da família camponesa, retiravam-se os poucos pertences e se promovia a mudança da habitação para outro lugar, uma vez que havia espaço disponível no sítio camponês e a construção das moradas empregava apenas recursos locais (trabalho da família, madeira, barro, capim ou palha). Somente os “ilheiros” – moradores das ilhas de dimensões exíguas existentes nos principais rios da região –, os vaqueiros e os agregados de fazendas de gado que moravam em casas oferecidas pelos proprietários na beira da água, ficavam perigosamente sujeitos aos caprichos da dinâmica hidrológica, uma vez que não dispunham da mobilidade e flexibilidade dos camponeses. O que é ilustrado pela fala de Eva Pereira de Souza, na época com 38 anos de idade, moradora na zona rural de Itaobim, recolhido pela equipe do jornal *Geraes*:

De tardinha, eu fui no rio tomar banho com os meninos e não tava cheio ainda. Às 4 horas da manhã, nós levantou, pois meu marido ia tirar leite pra despachar pra cidade [Fazenda Barreiro, entre Itaobim e São Pedro]. Quando foi olhar as armadilhas do jequi, voltou correndo, falando pra mim que arretirasse com os meninos que a enchente já evinha. Eu falei: “não saio, não saio sem levar minhas coisas”. Ele levou os 3 meninos, a cavalo, com água já na cela do bicho. Me apertou pra sair, eu peguei 4 pratos, 2 caçarola de lumine e um saco com roupa suja e 2 cobertor e atravessei as águas, dando já no meu pescoço. Aí, aproveitamos um barraco de um cômodo perto da estrada. Cobrimos com umas tiras que encontramos e estamos lá, esperando o tempo miorar, pra fazer o adobe e montar outra casa. A enchente levou tudo que nós tinha: 5 bodes, 6 cabeças de porco e 10 galinhas poedeira. Depois desta enchente, o povo virou tudo fio de lembu, suverteu tudo. Quando a gente encontra com um, é só pra contar sofrimento (*Geraes*, ano II, n. 6, p.3, abril 1979).

Esclarecedora da estratégia camponesa de acomodação às enchentes é a fala do camponês Juarez Ferreira do Nascimento, morador de Salto da Divisa, referente ao tempo em que viveu nas terras ancestrais de seu grupo familiar:

Só no terreno em que estive por muitos anos, construí seis moradias diferentes, algumas vezes por causa das águas, outras

²³ Depoimento de Juarez Ferreira do Nascimento, 59 anos de idade, morador de Salto da Divisa, colhido por Edivaldo Ferreira Lopes, em 20/03/2017.

por opção de mudar. Quando tinha enchente grande, a gente perdia roças de feijão e de milho. Para salvar pelo menos as sementes do feijão, a gente piava o feijão e dependurava com os pés pra cima, depois enxugava com fogo, para salvar pelo menos a comida da família.²⁴

Assim, a principal dificuldade para o povo da “roça” em decorrência das cheias e inundações a interrupção temporária do transporte e do comércio. As idas às cidades e aos distritos ficavam impraticáveis, mesmo o deslocamento sendo realizado por meio de animais de serviço. Em muitos locais, os cursos d’água não davam passagem às tropas, tornando-se impossível alcançar as cidades. As compras de sal cessavam, obrigando os vizinhos das comunidades camponesas a dividirem o pouco que lhes sobrara. A respeito disso, convém ouvir o testemunho de José Antônio de Matos, camponês de 83 anos de idade, morador da comunidade quilombola de Paraguai, município de Felizburgo:

O querosene, a bem da verdade, não fazia falta nem nos tempos da água, quando era difícil ir à cidade. A gente tinha o candeeiro abastecido com cera, a tocha feita com algodão e revestida de cera, que dava conta da iluminação. Comida tinha por causa da roça, do quintal e da horta. E as águas ficavam altas poucos dias, a gente conseguia aguentar. E todo mundo compartilhava o que tinha, a gente vivia com pouco.²⁵

Uma outra dificuldade que as enchentes e as inundações traziam para os camponeses da porção mineira da bacia do Jequitinhonha eram as “águas sujas” (enlameadas, repletas de detritos e matéria orgânica), algo ainda mais saliente nas zonas em que ocorriam processos de desmatamento em larga escala. Córregos, ribeirões e rios, sujos no tempo das águas, tinham sua utilidade bastante reduzida para uso doméstico. Ouça-se, novamente, a fala de José Antônio de Matos:

O mais complicado era a água suja. As águas que passavam perto de casa ficavam muito sujas, não podia nem banhar e muito menos beber. Então, surgia a tarefa de ir buscar água em lugar distante, difícil de alcançar, dentro das matas, em pequenas nascentes, que ainda ficavam limpas. Tinha de andar às vezes três ou quatro quilômetros. Isso ficava por conta das mulheres e das crianças. Água pra beber, pra lavar as tralhas da cozinha, pra lavar as roupas também.²⁶

Esse mesmo velho camponês quilombola aduz um comentário interessante: “Nós suportava antigamente os períodos de cheia com mais tranquilidade. Hoje, é muito mais difícil. Se cai chuvarada, corta a relação com a cidade; e aí, a gente passa maior penúria.” Como entender essa nova situação, que se tornou característica a partir dos anos 1980?

²⁴ Depoimento de Juarez Ferreira do Nascimento, 59 anos de idade, morador de Salto da Divisa, colhido por Edivaldo Ferreira Lopes, em 17/08/2017.

²⁵ Depoimento de José Antônio de Matos, 83 anos de idade, morador de Felizburgo, colhido por Edivaldo Ferreira Lopes, em 21/04/2022.

²⁶ Ver nota anterior.

No último quartel do século passado, acelerou-se o processo de implantação das grandes fazendas de bovinocultura de corte no Médio/Baixo Jequitinhonha mineiro, com ampliação imensa dos desmatamentos para formação de pastos de capim colônio e braquiária, cujas mangas estenderam-se sem cerimônia até a beira dos rios à custa das matas ciliares (Silva, 1990). Além de potencializar o escoamento lateral das águas pluviais e o carreamento de sedimentos para as calhas dos rios, bem como fragilizar a estabilidade das suas margens, isso implicou o “encolhimento” das terras disponíveis para as famílias camponesas. Muitas foram expulsas para as periferias das cidades ou para grandes centros urbanos do Sudeste, outras tantas tiveram suas posses drasticamente reduzidas, e outras mais foram empurradas para áreas afastadas dos cursos d’água e das cidades, refugiando-se nos “boqueirões”.

Para os camponeses que permaneceram no campo, a menor disponibilidade de espaço embarçou sua secular estratégia de reprodução social (a produção dos sítios camponeses remanescentes tendeu a perder diversificação) e, em particular, sua maneira de adaptar-se ao ciclo de cheias/vazantes dos rios regionais, dependente da possibilidade de mudar de lugar a moradia, as roças e os cercados das criações quando vinha a época das enchentes.

Mudaram também, com velocidade crescente a partir dos anos 1990, as relações campo-cidade na porção mineira da bacia do Jequitinhonha. Não apenas as cidades incharam como efeito das migrações rurais, as próprias populações rurais tornaram-se menos isoladas, passando a manter contatos e intercâmbios cada vez mais intensos com as cidades. As estradas regionais melhoraram, o povo do campo adquiriu novos hábitos de consumo que requerem compras nas cidades (inclusive de alimentos), as sedes municipais concentraram inteiramente os serviços de educação, saúde e seguridade social. O que significa que os habitantes das áreas rurais se tornaram muito mais dependentes das cidades. A necessidade de transporte ágil aumentou, o que estimulou a substituição dos animais de serviço por veículos automotores (carros e motocicletas). Os cavalos, as bestas e os burros rarearam na paisagem rural jequitinhonhense.

Por conseguinte, nos últimos trinta anos, chuvas intensas, causadoras de cheias e inundações, passaram a afetar mais duramente os moradores do campo, uma vez que cresceu sua dependência das cidades e das estradas para veículos modernos. Hoje, a interrupção das estradas, seja por causa de atoleiros, erosões, queda de barreiras ou de pontes, prejudica, e mesmo ameaça, a subsistência dos que vivem na “roça”, nas fazendas ou nos sítios camponeses. E, nas grandes fazendas de gado, com pastos que se debruçam sobre as águas dos maiores rios, as torrentes das cheias continuam a carregar dezenas e dezenas de rezes, como se registrou nos municípios de Almenara e Salto da Divisa em dezembro de 2021.

Considerações finais: as águas grandes não são as únicas culpadas...

Os aguaceiros e as inundações, fenômenos naturais antes de serem desastres, tiveram presença constante na história do Vale do Jequitinhonha, produzindo calamidades. No que se refere às inundações, as povoações mais atingidas foram as do baixo rio Araçuai e do médio Jequitinhonha, o que guarda relação com as situações geradas pela geografia física e a história da ocupação nessas porções da bacia.

Os impactos das inundações nas cidades, como mostra bem o caso de Araçuai, foram desiguais, pesando mais sobre camadas pobres da população, em geral concentradas nas ocupações de terrenos na beira de rios. As falhas de

administrações locais e provinciais/estaduais contribuíram para agravamento dessas catástrofes.

No decorrer do século XX, repetiram-se as mesmas providências governamentais para enfrentar os efeitos das “águas grandes”: envio de minguido socorro emergencial aos lugares atingidos e de verbas insuficientes para reconstrução de estruturas urbanas e habitações. As cidades não cuidaram de estabelecer regramentos territoriais e nem mesmo de criar mecanismos de defesa civil até o último quartel do século XX. Permaneceram, portanto, vulneráveis aos caprichos da meteorologia. E pouca coisa até agora mudou, de fato, no século atual.

Enfim, no caso dos aguaceiros e inundações que atingiram populações do Vale do Jequitinhonha, a direção das determinações causais parece ter variado. Nas décadas iniciais do século XX, os fatores fisiográficos (topografia, regime de chuvas, solos, potamografia) tiveram peso destacado *vis-à-vis* a disponibilidade regional de recursos e tecnologias. A partir de meados do século passado, e entrando pelo atual, os efeitos de chuvas concentradas e enchentes sobre a rede urbana regional têm muito mais determinação político-cultural. Agravamento das desigualdades sociais, inchaço das periferias urbanas, impotência política nos âmbitos local e regional, a posição de subalternidade do Vale nas políticas de desenvolvimento estaduais e federais pesam mais do que a falta de meios técnicos e recursos financeiros ou a inclemência de fenômenos/condições naturais.

Em ambas as épocas, contudo, o físico, o social e o político estão integradamente presentes. Os dilúvios do Jequitinhonha revelam, enfim, as sutis intersecções da natureza, da sociedade, da tecnologia e da política.

Referências bibliográficas

BOTELHO, I. V. **Pequena história das Irmãs Franciscanas Penitentes Recoletinas no Brasil**. Araçuaí, MG: Diocese de Araçuaí, 2007.

DUARTE, José Côrtes. **O fogo e o boi**. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1976.

DUARTE, R. H. “It Does Not Even Seem Like We Are in Brazil”: Country Clubs and Gated Communities in Belo Horizonte, Brazil, 1961-1964. **Journal of Latin American Studies**, v. 44, n. 3, p. 435-466, 2012.

FERREIRA, V. O. **Paisagem, recursos hídricos e desenvolvimento econômico na Bacia do Rio Jequitinhonha, em Minas Gerais**. 2007. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

GRAZIANO, Eduardo. **A arte de viver da terra** – As condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. 1986. 148f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPGDA/UFRRJ, 1986.

KLANOVICZ, J. História ambiental e desastres: encontros entre política, tecnologia e sociedade. **História Unisinos**, v. 17, n. 3, p. 293-302, 2013.

LÜBKEN, U.; MAUCH, C. Floods in a transatlantic perspective. **GHI Bulletin**, n. 35, p. 99-111, 2004.

MACIEL, S. A. **Clima, disponibilidade hídrica e pobreza na porção mineira da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha**. 2021. 285 fls. Tese

(Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

MARTINS, M. L. **Pelo Jequitinhonha**: Memórias e impressões de viagem. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2021.

MARTINS, M. L. **Breviário de Diamantina**: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX). Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

NODARI, E. S.; ESPÍNDOLA, M. A. Enchentes inesperadas? Vulnerabilidades e políticas públicas em Rio do Sul – SC, Brasil. **Esboços**, v. 20, n. 30, p. 9-34, 2013.

POLIDOWA, G. Learning from disasters: saxony fights the floods of the River Elbe, 1784-1845. **Historical Social Research**, v. 32, n. 3, p. 169-199, 2007.

RIBEIRO, E. M. **Lembranças da terra**: histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Contagem, MG: CEDEFES, 1996.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: TORRES, H.; COSTA, H. (orgs.). **População e meio ambiente**: debates e desafios. São Paulo: Senac, 2000.

SCHENK, G. J. Historical disaster research: state of research, concepts, methods and case studies. **Historical Social Research**, v. 32, n. 3, p. 9-34, 2007.

SEDREZ, L. Natureza urbana na América Latina: cidades diversas e narrativas comuns. In: LEAL, C.; PÁDUA, J. A.; SOLURI, J. (Orgs.). **Novas histórias ambientais da América Latina e do Caribe**. Munique: Rachel Carson Center, 2013, p. 59-65. (Perspectives, n. 7)

SEDREZ, L.; MAIA, A. C. N. Narrativas de um dilúvio carioca: Memória e natureza na grande enchente de 1966. **Revista de História Oral**, v. 14, n. 2, p. 221-254, 2011.

SENNA, Nelson de. **Anuario de Minas Gerais de 1913**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913.

SILVA, Nair Mulls. Vale do Jequitinhonha: incorporação e transformações estruturais. In: NABUCO, Maria Regina (org.). **Contradições do desenvolvimento agrícola de Minas Gerais**: uma perspectiva regional. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1990, p. 105-132.

SOUZA, E. G. S. **História da fundação da cidade de Araçuaí**: contextualização do desenvolvimento da cidade entre 1871 e 1971. Araçuaí, MG: Edição do autor, 2012.

TETTEROO, Samuel. **Memória histórica e geográfica do Município de Jequitinhonha**. Teófilo Otoni, 1919.

TSCHUDI, J. J. A Província brasileira de Minas Gerais. In: HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. **A Província Brasileira de Minas Gerais**. Trad. Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, p. 60-174.

VELLOSO, A.; MATOS, R. A rede de cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX. **Geonomos**, v. 6, n. 2, p. 73-87, 1998.